

Esporotricose: a universidade e o poder público na abordagem de uma endemia urbana negligenciada

Luisa G. D. de Oliveira¹; Vivian S Baptista²; Alexsander M. Siqueira²; Wendel M. M. D'Angioli²; Adriana P. Sudré³; Francisco de Faria Neto⁴; Anna Lúcia F. Epinghaus⁴; Cynthia B. Machado⁴; Juliana de F. Amorim⁴; Jacqueline A. Ramos⁴; Leila Maria Lopes-Bezerra⁵; Andréa Regina S. Batista²; Elisabeth M. S. Rocha²

¹Departamento de Planejamento em Saúde, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense, 24220-130 Niterói, RJ, Brasil. E-mail: luisadutra@id.uff.br. ²Laboratório de Micologia Médica e Molecular, Instituto Biomédico, Universidade Federal Fluminense, 24210-130 Niterói, RJ, Brasil. ³Laboratório de Biologia Molecular de Parasitos, Instituto Biomédico, Universidade Federal Fluminense, 24210-130 Niterói, RJ, Brasil. ⁴Coordenação de Vigilância em Saúde; Fundação Municipal de Saúde de Niterói, 24020-071 Niterói, RJ, Brasil. ⁵Laboratório de Micologia Celular e Proteômica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 20550-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Muito embora a notificação da esporotricose tenha se tornado compulsória no estado do Rio de Janeiro (RJ) desde 2011, a doença permanece subnotificada. Em 2014 o Laboratório de Micologia Médica e Molecular da Universidade Federal Fluminense (LMMI-UFF) iniciou em parceria com a Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS) o projeto "Ações integradas de prevenção e controle da esporotricose como modelo de integração pesquisa-extensão" que visou divulgação e sensibilização dos profissionais da saúde humana e animal e implementação de três ambulatórios e um laboratório de referência, gratuitos. Até então nenhuma ação sistematizada em saúde que contemplasse tal zoonose em Niterói, cerca de 500.000 habitantes - área metropolitana do RJ havia sido instituída. O objetivo deste trabalho foi investigar se as ações realizadas pelo projeto acima contribuíram para o incremento à notificação da esporotricose humana e animal nos municípios de Niterói. Foi utilizado como critério o número de notificações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) pré (2012-2013) e pós-implementação (2014-2016) do mesmo. No primeiro biênio, as notificações de casos humanos totalizaram 14 pacientes enquanto nenhum animal foi notificado. Pós-implementação, observou-se aumento de 321% no número de notificações dos casos humanos, a maioria deles (81%) assistida pelas unidades de referência da parceria LMMI-UFF/FMS. A notificação animal contou com 106 casos, 100% deles atendidos pela Unidade de Diagnóstico em Esporotricose Animal (UDEA/LMMI-UFF/FMS), sendo 18 em 2014 e 89 em 2015/2016. Apesar do expressivo aumento nas notificações, lacunas estão sendo devidamente sanadas uma vez que para cerca de 30% dos felinos com lesões suspeitas, assistidos pela UDEA, não consta registro no SINAN. O modelo de integração entre a universidade e órgãos públicos, aqui empregado, mostrou potencial para contribuir de modo relevante com o enfrentamento da esporotricose na área endêmica considerada.

Palavras-chave: Micose subcutânea, Vigilância epidemiológica, Saúde Pública

Apoio: Edital 16/2014 Ext-Pesq FAPERJ, Edital Doenças Negligenciadas FAPERJ 2014; PROEXT/MEC/UFF e PIBIC-CNPq